deverá declinar de sua atribuição e determinar à Secretaria Processual a redistribuição dos autos.

Art. 9º A Procuradoria de Contas cujo titular esteja no exercício do cargo de Procurador-Geral de Contas remanesce inserida na distribuição ordinária de processos durante todo o período do mandato, desde que haja substituição designada nos termos do Regimento Interno.

§1º O titular da Procuradoria de Contas eleito para o cargo de Procurador-Geral de Contas será considerado afastado de suas atribuições originárias nos 30 (trinta) dias que antecedem a data da posse até o fim do seu mandato.

§2º A Procuradoria de Contas cujo membro titular venha a substituir o Procurador-Geral de Contas em suas ausências fica excluída da distribuição processual, desde que a substituição seja igual ou superior a 5 (cinco) dias.

Art. 10 Não haverá distribuição de processos às Procuradorias de Contas cujos titulares estejam em férias, licença ou afastamento, e para as quais não tenha sido designado substituto.

§1º O membro ao qual tiverem sido concedidas férias, licença ou afastamento poderá ser excluído da distribuição pelo período máximo de 10 (dez) dias, contados do primeiro dia útil anterior à data de início do afastamento, desde que essa circunstância seja requerida em tempo hábil à atualização do sistema e tenha sido autorizada pelo Procurador-Geral de Contas.

§2º Nas hipóteses de férias ou licença-prêmio, o limite definido no parágrafo anterior é considerado a cada parcela de gozo.

Art. 11 Os casos de suspeição, impedimento e conflito de atribuições envolvendo a distribuição de processos deverão ser objeto de pedido de redistribuição, devidamente justificado, dirigido ao Procurador-Geral de Contas, que decidirá a respeito, cabendo recurso ao Colégio de Procuradores nos termos do art. 8º, VII, do Regimento Interno.

§1º Os casos de impedimento ou de suspeição serão verificados em relação ao membro e não à Procuradoria de Contas.

§2º Deferida a redistribuição nos casos de suspeição, impedimento e conflito de atribuições, será observada a devida compensação.

Art. 12 Aplicam-se, subsidiariamente, as regras previstas na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Art. 13 Fica revogada a Resolução nº 05/2014, de 28 de agosto de 2014, do Colégio de Procuradores de Contas.

Art. 14 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 12 de janeiro de 2023.

PATRICK BEZERRA MESQUITA
PROCURADOR-GERAL DE CONTAS
STEPHENSON OLIVEIRA VICTER
SUBPROCURADOR-GERAL DE CONTAS
DEÍLA BARBOSA MAIA
CORREGEDORA-GERAL
STANLEY BOTTI FERNANDES
OUVIDOR
SILAINE KARINE VENDRAMIN
PROCURADORA DE CONTAS
FELIPE ROSA CRUZ
PROCURADOR DE CONTAS
DANIELLE FÁTIMA PEREIRA DA COSTA
PROCURADORA DE CONTAS

Protocolo: 895533

Resolução nº 03/2023 – MPC/PA – Conselho Superior

Autoriza a conversão em pecúnia de período de férias não gozadas do Procurador-Geral de Contas.

O Conselho Superior, órgão consultivo de administração superior do Ministério Público de Contas do Estado, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o que consta do Processo PAE nº 2023/13851;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, nos moldes solicitados pelo Procurador-Geral de Contas, Patrick Bezerra Mesquita, a conversão em pecúnia de 30 (trinta) dias de férias, referentes ao exercício 2023, concedidas e não gozadas por necessidade de serviço.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 12 de janeiro de 2023.

STEPHENSON OLIVEIRA VICTER
SUBPROCURADOR-GERAL DE CONTAS
Membro Nato
DEÍLA BARBOSA MAIA
PROCURADORA DE CONTAS
Corregedora-Geral
Membro Nato
STANLEY BOTTI FERNANDES
PROCURADOR DE CONTAS
Membro Eleito
DANIELLE FÁTIMA PEREIRA DA COSTA
PROCURADORA DE CONTAS
Membro Eleito

Protocolo: 895315

Resolução nº 29/2022 – MPC/PA – Colégio

Altera as Resoluções nº 01/2020 e nº 04/2017 do Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará e dá outras providências. O Colégio de Procuradores de Contas, órgão máximo de administração superior do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC/PA), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14, inciso III e art. 37 do Regimento Interno (Resolução nº 01/2020 – MPC/PA – Colégio);

CONSIDERANDO os termos do art. 3º-A, III, alínea b, e art. 9-E da Lei Complementar nº 09, de 27 de janeiro de 1992 (Lei Orgânica do Ministério Público de Contas do Estado do Pará);

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução nº 01/2020 do Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC/PA) passa a vigorar com as

seguintes alterações:

"Art. 8ª.....

XII - indicar ao Colégio de Procuradores o Coordenador e o Vice-Coordenador do Centro de Apoio Operacional - CAO, o Diretor e o Vice-Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF e o Ouvidor do Ministério Público de Contas;";

Art. 11.

IV - Diretor do CEAF;";

Art. 14

XV - aprovar a indicação do Coordenador e do Vice-Coordenador do Centro de Apoio Operacional - CAO, do Diretor e do Vice-Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF e do Ouvidor do Ministério Público de Contas;";

Art. 35. A estrutura organizacional do CEAF é composta por:

I - Diretor;

II - Vice-Diretor;

III - Assessoria Técnica e Administrativa.

Art. 36. O Diretor e o Vice-Diretor do CEAF serão designados pelo Procurador-Geral de Contas, dentre membros da carreira, após aprovação do Colégio de Procuradores.

§1º - O mandato do Diretor e do Vice-Diretor será de 2 (dois) anos, coincidente com o do Procurador-Geral de Contas, permitida uma recondução.

§2º - O Diretor, em suas ausências, impedimentos, férias ou licenças, será substituído pelo Vice-Diretor, observando-se a ordem de antiguidade na carreira nos demais casos."

Art. 2º A Resolução nº 04/2017 do Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC/PA) passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Os beneficiários da iniciativa são os membros e servidores do quadro de pessoal ou, ainda, aqueles que estejam cedidos ao MPC/PA para o exercício do cargo ou função de confiança, desde que ativos e em efetivo exercício de suas atividades junto à instituição, cujas solicitações foram autorizadas pelo Procurador-Geral de Contas, à luz do manifesto interesse institucional e observada a oportunidade e a conveniência administrativas.

Art. 4º O requerimento do custeio de cursos e eventos de curta duração, com a exposição de sua importância e justificativa para a participação, deverá ser dirigido ao Procurador-Geral de Contas, com antecedência hábil aos trâmites administrativos necessários à concessão.

§1º Na hipótese de evento de curta duração, deverá ser juntada ao requerimento documentação que especifique o tema e o conteúdo/programa, indicando os custos e outras informações pertinentes, além da demonstração do imprescindível enquadramento ao que dispõe a parte final do art. 1º, caput.

§2º No caso de dúvidas acerca do manifesto interesse institucional, o CEAF poderá ser provocado a opinar nos requerimentos de custeio de cursos de curta duração.

Art. 6º A seleção das solicitações a serem autorizadas pelo Procurador-Geral de Contas terá como pressuposto o manifesto interesse institucional, pautando-se na análise do CEAF, quando necessária, pelos seguintes critérios objetivos:

.....

Art. 7º.

§1º. Na hipótese de licença para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, bem como de licença maternidade, se a instituição de ensino comprovadamente não admitir que seja efetuado o trancamento, o membro ou servidor estará dispensado de restituir ao MPC/PA os valores por este já aplicados.

Art. 13. Os casos omissos serão dirimidos pelo Procurador-Geral de Contas."

Art. 3º Fica acrescido o art. 4º-A da Resolução nº 04/2017 do Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC/PA), com a seguinte redação:

"Art. 4º-A. Tratando-se de curso de duração continuada, o requerimento de custeio da atividade pretendida, com a exposição de sua importância e justificativa para a participação, deverá ser dirigido ao CEAF, para opinativo técnico relativo ao interesse institucional, com antecedência hábil aos trâmites administrativos necessários à concessão.

Parágrafo único. O interessado deverá demonstrar o imprescindível enquadramento ao que dispõe a parte final do art. 1º, caput, bem como instruir seu requerimento com os seguintes documentos:

I - conteúdo programático do curso escolhido, com a respectiva carga horária, período de duração, qualificação do corpo docente, custos, formas de pagamento, e indicação de frequência e aproveitamento mínimos;

II - comprovação de que o curso é autorizado/credenciado pelo órgão competente para fiscalizar o seu regular funcionamento;

III - manifestação fundamentada de concordância da chefia imediata, no caso de servidor;

IV - declaração de que se compromete com os termos e obrigações estabelecidos nesta Resolução e que concorda com a publicação, ainda que não exclusiva, do trabalho definitivo de conclusão do curso (tese, dissertação ou monografia, conforme o caso, pelo MPC/PA);

V - declaração de que se compromete a fazer referência ao apoio do MPC/PA em todas as publicações que resultarem dos estudos realizados no período do custeio concedido, mencionando a expressão "Bolsista do MPC/PA".

Art. 4º Ficam convalidados eventuais requerimentos de custeio de cursos de curta duração que não tenham sido encaminhados ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) para manifestação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém/PA, 16 de dezembro de 2022.

PATRICK BEZERRA MESQUITA
PROCURADOR-GERAL DE CONTAS
STEPHENSON OLIVEIRA VICTER
SUBPROCURADOR-GERAL DE CONTAS